

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

A **Defensoria Pública do Distrito Federal**, pela Xª Defensoria Criminal do Núcleo de Assistência Jurídica do Xª Grau e Tribunais Superiores, representando **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, recolhido no sistema penitenciário do Distrito Federal, vem, com fundamento no artigo 621, inciso I, do Código de Processo Penal, requerer

Revisão Criminal

nos autos de nº **XXXXXXXXX** (cópia em anexo), proveniente da Xª Vara de Entorpecentes do XXXXXX, pelos fundamentos de direito a seguir elencados.

01. O requerente, em virtude de decisão transitada em julgado em XX/XX/XXXX, (cópia em anexo), em sede de recurso de apelação, foi definitivamente condenado à pena de **X anos e X meses de reclusão, bem como ao pagamento de X dias-multa, no valor de X/X do salário mínimo vigente à época**, por incursão no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas), em regime inicial fechado, nos autos do processo em epígrafe.

02. Nos referidos autos, em primeira instância, o sentenciado foi condenado X anos e X meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, bem como ao pagamento de X dias-multa, no valor de X/X do salário mínimo vigente à época.

03. Em **segunda instância**, foi conhecido e negado provimento ao recurso da defesa, mantendo-se íntegra a sentença, cuja ementa se segue:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONSUMO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DETRAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

1. As circunstâncias em que se deram os fatos, o depoimento coerente e harmônico das testemunhas, somada à apreensão das substâncias em posse do acusado, foram suficientes para formar a convicção quanto à autoria e a materialidade do crime de tráfico de drogas e afastar a tese de desclassificação para a conduta de posse para consumo próprio.

2. Ao contrário do que aduz a Defesa, a não coincidência em detalhes periféricos entre os depoimentos em sede policial e judicial não conduz à existência de contradição entre as versões, sobretudo se considerarmos o lapso temporal passado entre a data da prisão em flagrante e o depoimento judicial e que está preservado o contexto principal da narrativa nas duas sedes.

3. O acusado não confessa a autoria do fato que lhe fora imputado quando nega a prática do crime de tráfico de drogas afirmando possuir o entorpecente apenas para fins de consumo pessoal, tratando-se de confissão de crime diverso, de forma que não faz jus à atenuante do art. 65, III, alínea "d", do CP.

4. As agravantes e as atenuantes não devem

incidir indiscriminadamente sobre a pena-base, mas sobre o que for maior entre pena-base e intervalo de pena em abstrato previsto para o crime. Precedentes do STJ.

5. A detração é um direito do apenado, nos termos do artigo 42 do Código Penal, no entanto, a implementação desse direito deve ser realizada pelo Juízo da Execução Penal, conforme estabelece o artigo 66, inciso III, alínea "c", da Lei de Execuções Penais.

6. Recurso conhecido e não provido.

(Acórdão 1208992, 20180110336415APR, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: J. J. COSTA CARVALHO, 1ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 10/10/2019, publicado no DJE: 25/10/2019. Pág.: 93/97).

04. No tocante à dosimetria, o acórdão merece ser revisto e devidamente corrigido, como se verá nos próximos itens.

Primeira fase da dosimetria

05. A pena-base foi fixada em X anos de reclusão e X dias-multa, no mínimo legal, em virtude de inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Segunda fase da dosimetria

06. No cálculo da pena realizado na segunda fase da dosimetria, o acórdão estipulou a fração de aumento de $\frac{1}{8}$ sobre o intervalo entre a pena máxima e a pena mínima cominadas ao crime em questão (ou $\frac{1}{4}$ sobre a pena-base de X anos), tendo em vista a existência de circunstância agravante (reincidência).

07. Para maior clareza:

- $\frac{1}{8} \times 10$ anos (intervalo abstrato) = 15 meses.
- $\frac{1}{4} \times 5$ anos (pena-base) = 15 meses.

08. Com o máximo respeito, não houve fundamentação idônea para que fosse aumentada a reprimenda em fração superior a X/X sobre a pena-base.

09. A fração de aumento de $\frac{1}{4}$ sobre a pena-base (ou de $\frac{1}{8}$ sobre o intervalo abstrato) foi aplicada tendo em vista que se tratava de réu reincidente específico no crime de tráfico de drogas.

10. Ocorre que esse entendimento encontra-se em descompasso com a jurisprudência consolidada de ambas as Turmas Criminais do Superior Tribunal de Justiça, **ao menos desde o ano 2010**, como se vê nos seguintes julgados:

6. Apesar de a lei penal não estabelecer um critério para a aplicação do majoração da pena diante da verificação de existência de circunstância agravante, buscando o emprego do princípio da razoabilidade, a fim de se evitar eventuais desequilíbrios na dosagem da pena e fazendo uma comparação com as causas de aumento, tem-se estipulado, como montante a ser aumentado, a fração de 1/6 do quantum fixado na pena-base.

*(STJ, HC 151537/PB, Min. Napoleão Nunes Maia Filho, **QUINTA TURMA**, j. 09/03/2010, **DJe 12/04/2010**.)*

1. Devido o Código Penal não ter estabelecido balizas para o agravamento e atenuação das penas, na segunda fase de sua aplicação, a doutrina tem entendido que esse aumento ou diminuição deve se dar em até 1/6 (um sexto), atendendo a critérios de proporcionalidade.

2. Na hipótese, reconhecida a agravante da reincidência, o Juízo de primeiro grau se deteve, apenas, a mencionar o quantum da elevação que se deu em patamar superior a 1/3 (um terço), sem declinar qualquer fundamentação a justificar a exasperação desarrazoada.

3. Desse modo, por ausência de fundamentação e proporcionalidade, o acréscimo decorrente do reconhecimento da agravante da reincidência deve ficar na fração de 1/6 (um sexto).

(STJ, HC 158848/DF, Min. Og Fernandes, **SEXTA TURMA**, j. 20/04/2010, **DJe 10/05/2010.**)

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou que, na falta de previsão legal, o incremento da pena em fração superior a 1/6 (um sexto), pela incidência das agravantes, exige fundamentação concreta.

2. Hipótese em que **o aumento da reprimenda em 1/3, com base em apenas um título condenatório transitado em julgado, ainda que reste configurada a reincidência específica, denota a existência de desproporcionalidade na segunda etapa do procedimento dosimétrico.**

3. No julgamento do HC 365.963/SP, **a Terceira Seção firmou o entendimento de que a especificidade da reincidência não enseja um maior desvalor na análise da dosimetria,** o que permitiria, em princípio, a sua compensação integral com a atenuante da confissão espontânea.

4. Agravo regimental não provido

(AgRg no HC 440.349/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em

21/06/2018, DJe 28/06/2018)

4. Este Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, embora ausente previsão legal acerca dos percentuais mínimo e máximo de elevação da pena em razão da reincidência, **o incremento da pena em fração superior a 1/6 deve ser fundamentado**. Logo, **ausente motivação válida para o agravamento da pena em 1/3, é imperiosa a redução do patamar de aumento**.

(HC 512.887/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, **QUINTA TURMA**, julgado em 20/08/2019, **DJe 23/08/2019**)

8. O Código Penal não estabelece limites mínimo e máximo de aumento ou redução de pena em razão da incidência das agravantes e atenuantes genéricas. Diante disso, a doutrina e a jurisprudência pátrias anunciam que cabe ao magistrado sentenciante, nos termos do princípio do livre convencimento motivado, aplicar a fração adequada ao caso concreto, em obediência aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes.

9. Na espécie, o magistrado, durante o cálculo da reprimenda, na segunda etapa da dosimetria, apontou apenas uma circunstância agravante, qual seja, a reincidência, **elevando a sanção em 3 (três) anos sem apresentar nenhuma justificativa a motivar a fração escolhida**.

(HC 387.586/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, **SEXTA TURMA**, julgado em 04/04/2017, **DJe 17/04/2017**)

11. Vê-se, portanto, que o *quantum* a ser aplicado sobre a **pena-base** deveria ser de **X/X**, pois a aplicação de fração superior exige motivação idônea, não sendo suficiente apenas a

referência à reincidência específica do réu, como visto nos julgados acima.

12. Além disso, cumpre destacar que a fração de X/X deve ser aplicada sobre a pena-base (X anos), e não sobre a diferença entre as penas máxima e mínima cominadas ao crime em questão (X anos).

13. A interpretação esposada no acórdão, de que o reconhecimento da agravante na segunda fase da dosimetria deve ser aplicada sobre o *intervalo* entre as penas máxima e mínima cominadas ao crime, no caso em epígrafe, é claramente desfavorável ao réu e contrária à jurisprudência consolidada no STJ desde 2010 (ou seja, **9 anos antes do acórdão revisando**).

14. A aplicação do aumento de X/X sobre a **pena-base** do caso em tela (X anos) levaria a uma pena intermediária de X anos e X meses.

15. Logo, comprovada a existência da desarrazoabilidade na segunda fase da dosimetria da pena, resta claro o cabimento da presente Revisão Criminal, a fim de diminuir a pena aplicada ao condenado nos termos do art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal, *in litteris*:

Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:

I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;

16. Destarte, após proceder à demonstração da inequívoca necessidade de revisão, espera o requerente que seja determinada a **alteração da pena definitiva para o montante de**

X anos e X meses de reclusão e de X dias-multa, calculados no mínimo legal (1/30 do valor do salário mínimo vigente à época) pelos argumentos acima exposto, nos termos do artigo 621, I, do Código de Processo Penal.

Do cabimento da revisão criminal

17. As argumentações aqui trazidas possuem consistência nos tribunais pátrios. Em verdade, são posicionamentos pacificados e norteadores da uniformização de jurisprudência.

18. Deste modo, a permanecer a desarrazoabilidade na segunda fase da dosimetria, nos termos em que o caso se apresenta, a condenação contraria o texto expresso em lei penal (artigo 59, inciso II, do CP) e as evidências dos autos, possibilitando o cabimento da presente Revisão Criminal, nos termos do artigo 621, inciso I, do Código de Processo Penal.

19. Com efeito, a Câmara Criminal do TJDFT, no julgamento por unanimidade da Revisão nos autos XXXX, da relatoria do Desembargador George Leite, DJe 17/04/2018, se posicionou no sentido de que:

Admite-se a ação de revisão criminal para corrigir eventuais desvios ou excessos na dosimetria da pena quando afronta a lei, conforme o artigo 621, I, do Código de Processo Penal.

20. Importante ressaltar que, conforme itens volvidos desta petição, a matéria já se encontrava firme no STJ há vários anos antes da decisão condenatória, datada de 10 de outubro de 2019, não se tratando, portanto, de jurisprudência recente.

21. Assim, após proceder à demonstração da inequívoca necessidade de revisão, porquanto a sentença condenatória é contrária ao texto expresso da lei penal, à jurisprudência e às evidências dos autos, nos termos do artigo 621, inciso I, do Código de Processo Penal, espera o requerente que seja determinada a redução da pena com base nos argumentos demonstrados.

Conclusão

Pelo exposto, requer seja julgada procedente a presente revisão criminal, nos termos do artigo 621, inciso I, do Código de Processo Penal, para a **reforma** da decisão condenatória no tocante ao montante da pena definitiva, restaurando, assim, o melhor direito a ser aplicado à espécie, por meio da readequação da fração de aumento em relação ao reconhecimento da reincidência para X/X sobre a pena-base calculada, cujo resultado da pena definitiva deve ser readequado para **X anos e X meses de reclusão, bem como ao pagamento de X dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época**, conforme entendimento **consolidado** do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

XXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público

FULANO DE TAL
Analista AAJ

FULANO DE TAL
Colaborador